

EQUILÍBRIO

Desafio da proposta é a revisão do sistema de pagamento dos serviços prestados à rede particular

Governo quer usar hospitais privados para desafogar o SUS e cobrar dívidas públicas

MADSON SOUZA

Para superar as longas filas do Sistema Único de Saúde (SUS) e a dificuldade de acesso a exames de alta complexidade, o Governo Federal discute levar cirurgias e exames do SUS para hospitais da rede privada como pagamento por dívidas a órgãos, como Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Instituições de saúde do estado e hospitais da rede privada da Bahia aprovam ampliação do atendimento, porém ressaltam que para a medida emplacar é preciso que haja uma atualização dos valores pagos do SUS por essas operações e exames, que tem valores considerados defasados.

O grande desafio da proposta é a revisão do sistema de pagamento dos serviços prestados pelo SUS, de acordo com o presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB), Mauro Adan. Ele inclusive pontua que a ideia já é apresentada ao Governo Federal há alguns anos por entidades associativas de saúde. “Não há porque muitos brasileiros fiquem esperando na fila do SUS se nós temos equipamentos suficientes, mão de obra, estrutura para poder fazer as cirurgias, consultas, os atendimentos”, diz.

“O que temos que encontrar é um equilíbrio entre os custos dos procedimentos e os preços que o governo está disposto a pagar. Na maioria das vezes, nós não vamos conseguir fazer na tabela do SUS, que tem uma defasagem. Esse preço negociado não pode ser inferior ao custo operacional do serviço”, afirma.

Essa é a perspectiva também de Antônio Neto, gerente executivo do Hospital Português da Bahia, uma instituição filantrópica que já opera com a parceria do SUS e atende alta e média complexidade por meio do Sistema Único de Saúde.

“Hoje nas instituições filantrópicas, o SUS faz uma



Adriana Cerqueira, paciente atendida no Hospital Português pelo SUS

Raphael Muller / Ag. A TARDE

remuneração, como a gente chama, por medição ou por contratualização, em que uma determinada instituição pactua uma quantidade de atendimentos com o SUS e ela tem uma parte dessa remuneração, que é variável de acordo com as métricas e com as metas alcançadas”, explica. No caso de uma cirurgia de hérnia, por exemplo, ele chega a remunerar ao médico 30, 40 reais do honorário médico, conforme exemplo dado por Antônio Neto.

“Você hoje conceber que um indivíduo altamente especializado vai fazer um procedimento dessa magnitude e dessa complexidade,

como abrir a barriga de um paciente, promover a saúde, curar um paciente por 30, 40 reais é absurdo. Tem procedimentos que chegam a ter valor 10 vezes menor no SUS em comparação com outros convênios”, afirma.

Por uma cirurgia de hérnia, SUS remunera R\$ 30 ou R\$ 40 do horário médico

Ele reforça que é a favor da iniciativa, mas que é preciso que haja uma adequação da remuneração da tabela do SUS. “Se a proposta for bem construída pode realmente ajudar a destravar gargalos históricos do SUS”, comenta.

Outra instituição que aprova a iniciativa é o Conselho Estadual de Saúde da Bahia, na figura de seu presidente, Marcos Gêmeos. “Vemos com bons olhos dado que a rede privada também faz parte do sistema de saúde complementar, então a gente já convive com a rede privada de alguma forma prestando serviços ao SUS, à população. Há possibilidade

de que dessa forma possamos ofertar mais especialidades, inclusive cirurgias que a população fica aguardando por muito tempo”, diz. Porém ele ressalta que caso a ação se torne realidade é preciso garantir que isso não mine investimentos na saúde.

Pacientes aprovam
Entre os pacientes que já utilizam convênios do SUS com a rede privada o resultado observado é dito como satisfatório, como no caso de Adriana Cerqueira, de 46 anos, que faz transporte escolar e por meio do Sistema Único de Saúde é atendida no Hospital Português.

“Meu atendimento foi rápido. Não tive que esperar muito. Dependo exclusivamente do SUS e já fiz minha hemodiálise, agora estou fazendo o pós transplante”, conta.

Com problemas renais, a decoradora de festas Cristiane Cabral, 50, veio de Portugal para o Brasil para ser atendida pelo SUS e fazer seu tratamento acompanhada da família. Na mesma situação que Adriana, Cristiane também é atendida no Hospital Português por meio do SUS. “Nesse momento da vida o SUS é tudo pra mim. Não tenho do que me queixar, só agradecer”, fala.

IBGE

Sem calçadas: Salvador é a 2ª pior capital do País

JACKSON SOUZA*

Salvador é a capital com a maior proporção da população vivendo em vias sem calçadas no Brasil; são 1 milhão de pessoas, o que representa 43,9% do total, apontam dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem. Em relação aos dados de 2010 houve uma piora, já que, à época, o percentual era de 37,4%. No que diz respeito a arborização e rampas para cadeirantes a capital é a segunda pior do país.

“Nós temos uma cidade que não está preparada para receber e nem para ter habitantes com deficiência. Infelizmente, nós temos muitos casos de lugares que não têm rampas ou que são inadequadas, mesmo com toda essa reforma que está acontecendo. As pessoas com deficiências têm sofrido bastante no seu ir e vir, ao sair de casa”, contou Silvanete Brandão, presidente da Associação Baiana de Pessoas

com Deficiência Física (Aba-def)

Calçadas e obstáculos
Outro dado importante revela que 70% das pessoas que vivem em áreas com calçadas em Salvador, precisam enfrentar obstáculos ao usá-las, como postes, por exemplo. No entanto, embora alto, esse número deixa Salvador na 20ª posição entre as capitais com esse tipo de problema. A média no Brasil é 18,8%, o que representa 32,8 milhões de pessoas vivem essa realidade.

Embora baixo, o percentual de vias com arborização enfrenta outro problema: o plantio de espécies inadequadas, o que resulta em calçadas quebradas ou completamente destruídas, contribuindo para números negativos da cidade. Para mitigar, as árvores são retiradas, em alguns casos, mas não há replantio, desencadeando outros problemas, como afirma o professor de arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Heliodorio



Uendel Galter / Ag. A TARDE

“Pessoas com deficiências têm sofrido no ir e vir, ao sair de casa”

SILVANETE BRANDÃO Abadef

Sampaio.

“O plantio de vegetação inadequada é antigo, e persiste, atravessa os planos e projetos urbanísticos recentes, como o do calçadão da Barra até o Porto, que até eliminou em alguns trechos a arborização existente – sem reposição adequada. (A retirada de árvores) resulta

numa paisagem árida, sem sombreamento, em que pesse o esforço de alguns poucos abnegados moradores plantando árvores, que volta e meia são furtadas e depredadas”, afirmou.

Ciclovias
Quando o assunto é relacionado ao número de pessoas

Movimentação de pedestre na Rua do Paraíso, Nazaré

que residem em vias com sinalização para bicicletas, cujo uso sabidamente traz benefícios à saúde e ao meio ambiente, os números são baixos em todo o país, apontou o IBGE. Cerca de 40% das cidades têm vias sinalizadas. Na Bahia esse percentual é de apenas 1,3%, um pouco abaixo dos 1,9% da média nacional, o que representa apenas 3,3 milhões de pessoas.

Em Salvador há 330 km de rede cicloviária em diversos pontos da cidade, entre orla, região central e subúrbio. E, no ano passado, a Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) lançou o primeiro plano cicloviário da cidade, que prevê a implantação de 700 km de rede cicloviária integrada nos próximos 10 anos, contando com investimentos municipais na casa dos R\$100 milhões, com apoio do governo britânico através do UK Pact, informou o órgão municipal.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA